

**Arguição ao artigo “A dicotomia fato-valor e seu colapso: um estudo a partir de Hilary Putnam”, publicado nos Anais da XII Semana Acadêmica do PPG em Filosofia da PUCRS, de autoria de Carlos Roberto Bueno Ferreira.**

Cristian Marques<sup>1</sup>

Esse é um daqueles temas nada simples, como em geral o são os temas filosóficos, ainda mais quando o autor, Carlos Roberto B. Ferreira, afirma que a análise que fez em seu artigo visa “apontar as possíveis conseqüências” para a “percepção filosófica das ciências políticas”. Para tanto, Ferreira se apóia em Hilary Putnam em uma obra que esse autor enfrenta exatamente o tema em questão: a dicotomia fato-valor. O autor inicia seu artigo apresentando uma breve reconstituição histórica do problema como visto desde Hume e Descartes culminando com Quine. Embora a reconstituição seja pertinente e em nada corrompa a posição daqueles autores, servindo com êxito para uma apresentação panorâmica do problema à graduação, talvez se pudesse pedir mais mostras dos argumentos centrais que aqueles autores sustentaram para defender a posição dicotômica. A presença desses argumentos centrais poderiam dar mais força e profundidade ao trabalho de Ferreira na hora de enfrentar a conclusão, todavia sabemos que o texto apresentado na Semana Acadêmica não pode ter o fôlego de um artigo para publicação em revista especializada – do que deixamos, portanto, a sugestão para o tal aprofundamento para um futuro trabalho.

Também gostamos da recuperação da metáfora de Quine do tecido cinza composto de fios pretos e brancos para tornar mais clara a ideia de porque, em Quine, não se pode pensar o fato distinto do valor. A força imagética de uma metáfora nos conduz para uma compreensão rápida do que o autor deseja expressar; entretanto, essa força imagética nos cega para a importância de justificar e demonstrar a cadeia de argumentos que sustentam aquela posição. Ferreira menciona que “há casos em que não fica clara a separação entre o que é fato dado e o que depende de uma valoração ou convenção” e, embora somos forçados a concordar com isso, não aparecem exemplos para que possamos avaliar e menos ainda o argumento que Quine teria para essa posição. Seria de levantar o problema do “G” de Newton. Ferreira até comenta sobre a Teoria da Gravidade de Newton como sendo, até os empiristas, o exemplo clássico de um enunciado de fato, mas conclui dizendo que acima dessa visão é que devemos tomar a posição de Quine, onde enunciados de fato não existem sem enunciados de valor. Esse seria o momento para Ferreira nos mostrar como uma asserção, como a da gravitação newtoniana, pode ser desbancada da dicotomia fato-valor e evidenciada seu conteúdo valorativo. Na apresentação oral, Ferreira, nos mostrou que tem esse conhecimento, então lamentamos por não ver isso em seu artigo, mas esperamos ver em trabalho futuro.

---

<sup>1</sup> Mestrando em filosofia no Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Contato: cristianmq@gmail.com

A partir da seção intitulada “O entrelaçamento (entanglement) fato-valor” Ferreira passa a buscar apresentar mais detidamente o problema por ele ora investigado. Ele mantém sua apresentação de estilo “sobre-vôo” com afirmações que por vezes nos deixam atônitos por não termos a argumentação necessária para aceitarmos ou não suas asserções tão convictas. Esse é o caso que, ao menos pela redação de seu texto, não nos ficou claro como Ferreira, com Putnam, resolve a clássica distinção feita por Bertrand Russell entre contexto da descoberta e contexto da justificação. Sabemos que essa distinção vem sendo fortemente discutida no âmbito da Filosofia da Ciência; todavia, ainda nos parece que a distinção de Russel deve ser melhor refletida e enfrentada a altura. Por exemplo, quando Ferreira diz que “a ciência” não pode “se despir de quaisquer julgamentos de valor” porque eles “fazem parte essencial da produção científica”, pensamos que aqui pode haver a confusão apontada por Russell. A confusão seria, se não respondermos adequadamente a Russell, a de pensarmos que os problemas envolvidos com o entorno da pesquisa (quem financia, os interesses políticos em financiar a pesquisa “x” ao invés de “y”, as questões antropológicas – antropocentrismo, eurocentrismo – dos pesquisadores etc) são a mesma coisa que aquilo que a justifica epistemicamente, o mesmo que as razões para aceitarmos a teoria “x”.

Claro que Ferreira nos aponta que “a coerência, a razoabilidade e a racionalidade” seriam valores de um tipo que ele chama de *epistêmicos* para diferenciar daqueles chamados de *éticos* ao mesmo tempo que já coloca a racionalidade no âmbito da valoração humana. Parece haver pouco problema quando falamos da indissociabilidade entre fato e valor no campo da ética, mas na epistemologia isso é menos claro e mais difícil de resolver. Caberia perguntarmos que tipo de valor é esse epistêmico? Se podemos por ele como valor mesmo? Como deveríamos argumentar para sustentar que a racionalidade é só uma questão de valor? Se aceitarmos, com Ferreira, o *status* de *valor* da racionalidade como resolvemos o problema do relativismo epistêmico? Ou essa nem seria uma questão problemática para o autor? São questões que nos ocorrem, além de outras, que não pudemos ver resposta nos limites de um artigo de Semana Acadêmica. Talvez aqui caberia um “diálogo” com Paul Boghossian, conforme ele argumenta em sua obra *Medo do Conhecimento* contra um tipo muito presente de relativismo epistêmico. Se o autor não chegou a essa obra, a recomendamos fortemente. Assim como aquela de Thomas Nagel, intitulada *A última palavra*.

Ferreira avança e “convida” Hugh Lacey para lhe auxiliar conjuntamente com Putnam em sua empreitada. Ele traz uma citação onde Lacey afirma que valores éticos podem influenciar a pesquisa científica. Todavia, a afirmação de Lacey não é universalmente extensível, deixando margem para que haja a possibilidade de algum fato destituído de valor. Em seguida, Ferreira apresenta um pouco da argumentação de Putnam onde este aponta como o uso de certos termos éticos envia a pesquisa. Putnam dá o exemplo de um pesquisador que usaria o termo “cruel” para descrever um, digamos, governo. Mas podemos argumentar que esse pesquisador fictício cometeu o equívoco de julgar a partir de seus valores e que isso é uma disfunção da pesquisa. Podemos argumentar ainda que o mesmo fato poderia ser descrito sem o termo “cruel” para sermos objetivos. Por exemplo, um antropólogo que

descreva uma tribo assim: “cruéis por capturarem e matarem a sangue frio um homem de outra tribo e depois servi-lo como jantar”; pode ser dito dele que confundiu seu papel de pesquisador com seu valores éticos, no que concordaríamos com Ferreira. Todavia, o mesmo fato poderia ser descrito sem a “interferência” dos valores do pesquisador se descrito como, por exemplo, “a tribo dos ‘x’ fizeram cativo um homem da tribo ‘y’ e, depois de o sacrificarem com instrumento cortante na região ventral, tomaram-no em canibalismo”. Claro que é um exemplo simplista e não tem a intenção maior que a de ilustrar o problema que desejaríamos ver enfrentado no tema da dicotomia fato-valor.

Em favor de Ferreira, devemos dizer que ele se posiciona não como alguém que deve responder a essas questões aqui levantadas, mas como alguém que nos pergunta ao contrário: “quais são esse os motivos que ainda nos levam a traçar essa linha divisória?” nos pergunta ele. Ora é justamente por isso que aqui fazemos o papel do antagonista, para talvez contribuirmos com a pesquisa de Ferreira. Inclusive Ferreira nos alerta para a “tendência de colocarmos os julgamentos valorativos fora da esfera da razão” e com isso nos apontando para outro modo de concebermos os valores; agora não mais como meramente aquilo que era visto como do âmbito da *doxa*, mas como sendo a razão também algo que deva ser tomado como mais um valor dentro da experiência humana. Ferreira nos diz que isso não leva ao relativismo, embora não devamos ser seduzidos pela ideia de uma metafísica absoluta. Entretanto, nessa altura de seu texto, Ferreira nos surpreende com a afirmação de que “não devemos desistir da discussão racional nem de procura um conceito ‘absoluto’ que seja aplicado somente em determinados contextos”. Ora isso não seria uma contradição?

É nesse ponto que chegamos a vislumbrar um possível interesse de Ferreira na discussão fato-valor, qual seja, o de que um “conceito absoluto” não sobrepuje os “contextos e valores simplesmente para manter sua completude”. E fica ainda mais claro quando ele afirma que sua aceitação de algum absoluto não passa de um assentimento somente por “motivos de ordem prática, funcional ou mesmo por comodidade filosófica”. Nesse ponto Ferreira assume a insustentabilidade da dicotomia fato-valor não para marcar posição nesse debate somente; mas, para servir de base sobre o qual irá criticar as conseqüências dessa assunção dicotômica no âmbito das ciências políticas e econômicas. Assim, Ferreira mostra com Putnam que os fatos com que as Ciências Políticas lidam são todos atravessados por valores e, ele vai ainda mais longe, diz que eles são indissociáveis da ética. Ferreira encerra seu artigo nos deixando com clara sensação de que ele teria muito mais para nos dizer se não fosse as limitações impostas pelo evento. O artigo é claro em mostrar o panorama da pesquisa de Ferreira, mas deixa-nos somente com suas afirmações contundentes sem as demonstrações correlatas; o que não desabona – como dissemos acima – mas nos deixa intrigados com as afirmações e curiosos de futuros artigos.